
O Programa da Rede de Bibliotecas Públicas

ANA PAULA GORDO

EUNICE SILVA PINTO

JÚLIO VAZ

Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro

TENDO por base os princípios de orientação consubstanciados no Manifesto da UNESCO sobre a Biblioteca Pública, que considera esta instituição como uma força viva ao serviço da educação, da cultura e da informação, e a experiência de países com fortes tradições de Leitura Pública, o Programa Português da Rede de Bibliotecas Públicas tem vindo a apoiar a criação de um novo tipo de Bibliotecas Municipais que promovem a circulação de toda a informação necessária para fomentar o desenvolvimento cultural e socioeconómico das comunidades.

Até há cerca de dez anos não existia em Portugal aquilo a que se chama Leitura Pública. Com excepção das Bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian, no país existiam apenas cerca de meia dúzia de bibliotecas públicas municipais que prestavam serviços minimamente eficazes. De um modo geral, as bibliotecas então existentes não tinham condições de funcionamento, uma vez que se encontravam instaladas em edifícios originariamente destinados a outros fins, sem articulação entre as diversas unidades funcionais e não dispunham de pessoal tecnicamente habilitado ao seu serviço. As colecções destas bibliotecas eram constituídas sobretudo por obras de referência desactualizadas e por alguma literatura clássica, as quais não eram emprestadas aos utilizadores nem consultadas directamente, uma vez que o acesso às estantes não era facultado.

Em 1986, por iniciativa da Secretaria de Estado da Cultura, foi criado um grupo de trabalho incumbido de definir as bases de uma política nacional de leitura pública, o que veio a acontecer fundamentalmente através da

criação e funcionamento regular de uma Rede de Bibliotecas Públicas Municipais. No relatório apresentado nesse mesmo ano pelo grupo de trabalho foi delineada a situação existente em Portugal e sugeriram-se medidas imediatas de intervenção nesta matéria, bem como orientações programáticas para as bibliotecas a criar.

Assim, em 1987 foi estabelecido o Programa de Criação de uma Rede de Bibliotecas Municipais de Leitura Pública, cabendo à Administração Central promover e compartilhar, em colaboração com as Autarquias, a instalação de bibliotecas públicas, contribuindo assim, num esforço conjunto, para melhorar a qualidade de vida das populações através do acesso à informação e à cultura.

A execução desta política nacional de leitura pública assenta no financiamento em 50 por cento por parte da Secretaria de Estado da Cultura da construção e/ou adaptação de edifícios de valor patrimonial, aquisição de mobiliário e equipamento específico, incluindo informática — equipamento e suportes lógicos — e constituição de fundos documentais.

A instalação das Bibliotecas Municipais é assegurada mediante a celebração de contratos-programa entre a Secretaria de Estado da Cultura, que presta apoio técnico e financeiro, e as Câmaras Municipais que também contribuem financeiramente e asseguram o seu funcionamento futuro. Nestes contratos, que têm um período de vigência não inferior a quatro anos, são estabelecidos os princípios programáticos e conceptuais das bibliotecas a criar, o financiamento atribuível a cada projecto, o número de documentos relativo à constituição das suas colecções, bem como o número de funcionários com formação técnica específica.

Até 1994, a Secretaria de Estado da Cultura abriu quatro processos de candidatura a apoio à instalação de Bibliotecas de Leitura Pública a todas as Câmaras Municipais que não tinham Bibliotecas. Estes processos tiveram lugar nos anos de 1987, 1988, 1990/91 e 1992/93. Considerados os limites financeiros atribuídos pelo Governo em cada processo de candidaturas, foram celebrados 51 contratos-programa no primeiro ano, 18 em 1988, 17 em 1990/91 e 18 em 1992/93, num total de 104*.

Ainda em 1994 será aberto o quinto processo de candidatura (1994/95).

A escolha das propostas apresentadas pelas Câmaras Municipais obedece a um processo de selecção em que são ponderados, entre outros factores, critérios de ordenamento de território definidos por organismos competentes — tentando contribuir para um desenvolvimento global e integrado das populações e proporcionando uma distribuição geográfica equilibrada dos

* Listagem em anexo.

equipamentos a criar, nomeadamente diminuindo as assimetrias regionais — e a qualidade técnica dos projectos apresentados.

A adesão por parte dos representantes do Poder Local tem sido bastante significativa, tendo-se verificado que em cada novo processo de candidaturas surgem projectos melhor fundamentados e mais rigorosamente instruídos.

Das 104 bibliotecas públicas apoiadas no âmbito deste projecto, 40 encontram-se já em funcionamento.

Relativamente ao tipo de edifício proposto para funcionamento da biblioteca, verifica-se que 58 são construções de raiz e 46 resultam de adaptações de imóveis de valor patrimonial nacional ou concelhio. O interesse das Autarquias em restaurar e adaptar edifícios existentes torna-se perfeitamente justificável já que muitos são os edifícios com valor e personalidade arquitectónica — como antigas prisões, conventos, escolas — capazes de, recuperados, albergarem boas bibliotecas. Neste sentido, o programa da Rede de Bibliotecas de Leitura Pública proporciona também uma forma de conservar o património arquitectónico existente, dinamizando-o simultaneamente, uma vez que estas bibliotecas constituem um importante pólo cultural ao serviço das comunidades em que se inserem.

Com este programa, o investimento até à data foi de cerca de 13,6 milhões de contos dos quais 9,012 milhões de contos estão aplicados em obra de construção civil, aquisição de edifícios e participação na elaboração de projectos de arquitectura, 2,088 milhões de contos na aquisição de mobiliário e equipamento específico e 2,5 milhões de contos na constituição de fundos documentais.

Caracterização das Bibliotecas Municipais de Leitura Pública

A Rede tem por base o concelho, que integra uma Biblioteca Municipal localizada em zona central, de fácil acessibilidade, e anexos em diferentes locais, sempre que o número e distribuição das populações assim o exija.

As Bibliotecas Municipais são dimensionadas em função do número de habitantes de cada concelho, de acordo com Programas-Tipo que definem as áreas a afectar aos diferentes serviços, o número de documentos exigidos e o quadro mínimo de pessoal tecnicamente habilitado. Os Programas-Tipo existentes sofrem por vezes adaptações pontuais em função, nomeadamente, das características demográficas específicas do concelho onde será instalada a Biblioteca Municipal. Assim, por exemplo, nos casos em que existem vários núcleos de elevada densidade populacional providencia-se

pela criação da Biblioteca Municipal na sede do concelho reforçando as áreas afectas aos serviços internos por forma a apoiarem a instalação de anexos noutras localidades. Existe, pois, a preocupação de prever uma certa maleabilidade que depende também, em larga medida, das exigências culturais dos membros da comunidade, das actividades económicas dominantes na região e sobretudo da forma de distribuição da população pelo concelho.

Com a criação deste projecto apoia-se a constituição de Bibliotecas Municipais no sentido das Bibliotecas de Leitura Pública que há uns anos vinham funcionando em muitos países da Europa, que são instaladas em edifícios com espaços amplos e dispõem de diversas áreas de utilização pública, como:

- secção de adultos, com estantes em livre acesso e zonas para leitura de periódicos e consulta local, individual ou em grupo;
- secção infantil, de igual modo com estantes em livre acesso em que os espaços são delineados de acordo com a distribuição etária, ou seja, dispondo de uma área reservada aos mais pequenos, que inclui uma sala do conto para animação de leitura junto de grupos de crianças e uma zona onde os jovens poderão consultar a informação necessária, por exemplo, ao seu plano de estudos;
- secção audiovisual, destinada ao empréstimo, escuta e visionamento individual de fonogramas e videogramas;
- sala polivalente, para realização de diversas actividades de animação cultural como exposições, colóquios, encontros com escritores, etc.

A constituição das colecções destas bibliotecas obedece a princípios de escolha e aquisição de obras que cubram de forma equilibrada, coerente e actualizada todas as áreas do conhecimento, proporcionando diversas formas de abordagem para o mesmo assunto. O acesso à informação disponível é feito directamente pelos utilizadores, ou seja, todas as pessoas podem circular livremente pelos espaços onde as colecções estão dispostas por assunto e escolherem as obras que querem consultar na biblioteca ou levar para casa.

Cabe a estas bibliotecas conservar a memória da vida local coligindo todos os documentos que, independentemente do seu suporte, sejam produzidos pela comunidade ou com ela estejam relacionados, respeitantes aos mais variados aspectos da sua vida, história e actividades. Assim, todas as obras produzidas por autores da região ou sobre temas regionais deverão ser coligidas pela biblioteca, constituindo-se, deste modo, o FUNDO LOCAL.

As Bibliotecas Municipais de Leitura Pública poderão também possuir fundos especiais, cabendo-lhes providenciar pela conservação e difusão das obras raras e preciosas, nalguns casos resultado de doações, e do Fundo de Livro Antigo que se encontra à guarda das autarquias.

A promoção do nível cultural da comunidade é ainda assegurada por diversas actividades de animação, programadas e dirigidas a diferentes sectores da população.

ANEXO

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS APOIADAS PELO IBL

ABRANTES — BM 2	FELGUEIRAS — BM 2
ALCÁÇER DO SAL — BM 1	FERREIRA DO ZÉZERE — BM 1
ALCOBAÇA — BM 2	FREIXO DE ESPADA-À-CINTA — BM 1
ALENQUER — BM 2	GOUVEIA — BM 1
ALIJÓ — BM 1	GRÂNDOLA — BM 1
ALJUSTREL — BM 1	GUIMARÃES — BM 2
ALMEIRIM — BM 2	IDANHA-A-NOVA — BM 1
AMADORA — BM 3	LAGOA — BM 1
AMARANTE — BM 2	LAGOS — BM 2
ANSIÃO — BM 1	LEIRIA — BM 2
ARGANIL — BM 1	LOUSÃ — BM 1
AROUCA — BMD	MANGUALDE — BM 2
ARRUDA DOS VINHOS — BM 1	MARINHA GRANDE — BM 1
AVEIRO — BM 2	MATOSINHOS — BM 2
BARCELOS — BM 2	MÉRTOLA — BMD
BARREIRO — BM 2	MIRA — BM 1
BEJA — BM 2	MIRANDA DO CORVO — BM 1
BENAVENTE — BM 1	MIRANDELA — BM 2
BRAGANÇA — BMD	MOITA — BM 2
CALDAS DA RAINHA — BM 2	MONTALEGRE — BM 1
CAMPO MAIOR — BM 1	MONTEMOR-O-NOVO — BM 1
CANTANHEDE — BM 2	MONTIJO — BM 2
CARRAZEDA DE ANSIÃES — BM 1	MOURA — BMD
CARREGAL DO SAL — BM 1	NISA — BM 1
CASTELO DE VIDE — BM 1	ÓBIDOS — BMD
CASTRO VERDE — BM 1	OEIRAS — BM 3
CHAMUSCA — BM 1	OLIVEIRA DE FRADES — BM 1
CONSTÂNCIA — BM 1	OVAR — BM 2
COVILHÃ — BM 2	PAÇOS DE FERREIRA — BM 2
CRATO — BM 1	PALMELA — BMD
ESPINHO — BM 2	PEDRÓGÃO GRANDE — BM 1
ESPOSENDE — BM 2	PENAFIEL — BM 2
ESTARREJA — BM 1	POMBAL — BM 2

PONTE DE LIMA — BM 2	TORRE DE MONCORVO — BM 1
PORTALEGRE — BM 2	TORRES VEDRAS — BM 2
PORTIMÃO — BM 2	VENDAS NOVAS — BM 1
PORTO DE MÓS — BM 1	VIANA DO CASTELO — BMD
PÓVOA DE VARZIM — BM 2	VILA DO CONDE — BM 3
PROENÇA-A-NOVA — BM 1	VILA FLOR — BM 1
SALVATERRA DE MAGOS — BM 1	V. FRANCA DE XIRA — BM 1
SANTA COMBA DÃO — BM 1	V. NOVA DE CERVEIRA — BM 1
SANTA MARIA DA FEIRA — BM 2	V. NOVA DE FAMILIÇÃO — BM 2
SANTIAGO DO CACÉM — BM 2	V. NOVA DE GAIA — BM 3
SANTO TIRSO — BM 3	V. POUCA DE AGUIAR — BM 2
S. JOÃO DA MADEIRA — BM 1	V. REAL — BM 2
SARDOAL — BM 1	VILA VERDE — BM 1
SÁTÃO — BM 1	VIMIOSO — BMD
SEIA — BM 2	VISEU — BM 3
SEIXAL — BM 2	
SERTÃO — BM 1	
SETÚBAL — BM 1	
SINES — BM 1	
SOURE — BM 1	
SOUSEL — BM 1	
TOMAR — BM 2	
TONDELA — BM 1	

BIBLIOPOLIS

BRAGA
COIMBRA
LISBOA
PORTO

BMD – Bibliotecas Municipais em Desenvolvimento (a ampliar).

BM 1 – Bibliotecas Municipais de tipo 1 — concelhos com menos de 20 mil habitantes (ca 750 m² de área bruta).

BM 2 – Bibliotecas Municipais de tipo 2 — concelhos com população compreendida entre 20 000 e 50 000 habitantes (ca 1500 m² de área bruta).

BM 3 – Bibliotecas Municipais de tipo 3 — concelhos com mais de 50 000 habitantes (ca 2200 m² de área bruta).